

Interculturalidade e descolonização do saber: relações entre saber local e saber universal no contexto da globalização

José Marin*

Resumo

O conceito de interculturalidade de que assumimos neste artigo é o reconhecimento mútuo de todas as culturas, sem hierarquização. Essa é nossa primeira condição para elaborar a análise da descolonização do saber e do poder que lhe é inerente. O processo histórico da colonização europeia foi constituído num contexto de dominação cultural, social, econômica e política. Na medida em que a cultura eurocêntrica não respeita a biodiversidade nem a diversidade cultural, as referências reais e as significações simbólicas dos contextos locais são pervertidas. A abordagem da relação entre o saber local e o saber “universal”, imposto pela cultura dominante, é nossa principal referência para a proposição teórica da descolonização do saber. A educação é compreendida como sendo a conquista pelas novas gerações das visões de mundo, dos sistemas de valores e dos fundamentos para construir seus próprios conhecimentos. O desafio atual

para a educação é partir de cada realidade, com base na revalorização das línguas e culturas locais e na adaptação de suas possibilidades ao contexto global.

Palavras-chave: Interculturalidade. Saber local e saber global. Eurocentrismo. Descolonização do saber.

* Doutor em Antropologia pela Universidade da Sorbonne e diplomado pelo Instituto de Altos Estudos da América Latina em Paris. Pesquisador da problemática do desenvolvimento e ecologia humana. Diplomado pelo Instituto Universitário de Estudos do Desenvolvimento e da Academia Internacional do Meio Ambiente de Genebra. Foi professor da Universidade de Genebra e colaborador da rede Universidade Internacional de Genebra (RUIG). Atualmente é colaborador de diferentes instituições e publicações da Europa e da América Latina e da Unesco na África. E-mail: p-marin@bluewin.ch

Recebido: 06/07/09 – Aprovado: 13/07/09

Introdução

A luz e a verdade não pertencem a ninguém, e é melhor que assim seja. Igualmente, a luz não pode ser propriedade de ninguém e vive no brilho dos olhos das crianças, nos reflexos do sol na água e na pele das folhas das árvores nos bosques.

A luz é como a verdade: todos nós possuímos um pouco de luz e cada um de nós tem dela apenas uma parte. Se quisermos que nasça um novo amanhecer, devemos juntar todos os fragmentos de luz e unir toda a energia que possuímos, para que volte a nascer a vida.

Essa é nossa primeira reflexão, da qual partimos para relacionar a proposição da interculturalidade com a descolonização do poder e do saber. Trata-se da fundamentação para propor um projeto viável de sociedade diante dos desafios ecológicos e dos desafios da diversidade cultural e religiosa. Tem o significado não somente de respeito à diversidade, mas, principalmente, de aproveitar a riqueza da diversidade nas culturas, como faz a natureza na metáfora que mencionamos de início.

Essa opção teórica implica, igualmente, assumir o desafio epistemológico do reconhecimento da existência de outras visões de mundo e de aceitar a validade de outros conhecimentos e de outras formas de construir conhecimentos. (MARÍN, 2005, 2006, 2008; PORTO-GONÇALVES, 2004, 2006).

Um bom exemplo para compreender esse processo parece-nos ser o tema das relações entre o saber local e o saber pretensamente universal, imposto no contexto da globalização. Nossa reflexão

se realiza com base na perspectiva intercultural, porque acreditamos que essa é uma possibilidade de análise que permite descolonizar o saber e, conseqüentemente, o imaginário que o sustenta. (QUIJANO 2005, 2007).

Assumir a interculturalidade como perspectiva possibilita-nos o reconhecimento e a valorização de outros sistemas culturais, para além de toda a hierarquização, num contexto de complementaridade que possibilita a construção de um diálogo. Este, por sua vez, permite a partilha de conhecimentos para além de toda falsa oposição entre o moderno e o tradicional, a cultura escrita e a cultura oral, a racionalidade e a dimensão afetiva. Essas falsas oposições impregnam as relações humanas e as aprendizagens. (NARBY, 1997, 2005).

O eixo dessa reflexão permite-nos questionar a separação perversa da natureza e da cultura, posta em prática pela visão eurocêntrica centrada na racionalidade do positivismo, sobre a qual foram construídas a ciência e a tecnologia do mundo ocidental.

Repensar esse desafio epistemológico pode nos ajudar a imaginar a reconstrução de uma visão global, multidimensional e interdisciplinar, que associe a natureza e a cultura como sendo o eixo fundamental para compreender melhor o mundo no qual vivemos e, assim, permitirmo-nos imaginar um projeto social e político que seja capaz de assumir os desafios impostos pelo contexto atual da globalização.

Refletir sobre a relação dos conhecimentos locais com os conhecimentos globais num contexto determinado levamos a estudar a história das relações de

poder entre as culturas dominantes e as culturas dominadas.

Saber é poder. Essa afirmação resume nossa premissa. O saber é um dos pontos de sustentação da dominação em todos os territórios das atividades humanas. E no processo atual da globalização, o domínio do saber tecnológico é simbolicamente determinante das relações de poder.

Há uma longa história de valorização e desvalorização dos conhecimentos, que marcou a relação entre as culturas dominantes e as dominadas. Esses conhecimentos são reproduzidos pelos sistemas educativos por meio do mecanismo da imposição de uma política educacional oficial, desde a época da dominação colonial e pós-colonial.

A escola oficial encarregou-se de transmitir a visão de mundo, a língua e a cultura dominante, sendo uma instituição eficaz no seu objetivo de reduzir, denegrir e marginalizar as línguas, as visões de mundo e os conhecimentos ou saberes locais.

No contexto da América Latina, a Santa Inquisição foi um símbolo dessa época. A Igreja e a escola executaram a função, mediante a evangelização e a alfabetização, de impor uma visão de mundo e determinados conhecimentos valorizados pela cultura dominante.

A reflexão sobre esse tema leva-nos a delinear algumas perguntas:

- Quem determina o valor de um conhecimento e lhe atribui um caráter universal?
- Quais são os conhecimentos reconhecidamente componentes da cultura dominante?

- Quem efetivamente consegue o não reconhecimento e marginaliza certos conhecimentos pertencentes aos saberes dominados, reduzindo-os a um valor local, ou terminando por “folclorizá-los”?
- Qual é a visão de mundo que sustenta a interpretação e o conteúdo dos conhecimentos?
- Quais são as relações entre os conhecimentos que determinam se eles respondem às nossas necessidades e aos nossos interesses?

Tratar de estabelecer as relações fundamentais entre os conhecimentos locais e os conhecimentos universais, no contexto da globalização leva-nos a refletir sobre o sentido da educação escolar.

É necessário superar a fragmentação do conhecimento para reunir as partes com o todo e, assim, cumprir a primeira condição para encontrar as melhores formas de trabalhar com a aprendizagem dos conhecimentos.

Para a abordagem introdutória dessa problemática, trataremos brevemente da análise do contexto histórico da globalização, na medida em que se constitui o entorno no qual se inscrevem as relações entre os conhecimentos locais e os conhecimentos globais.

Com a intenção de repensar as alternativas para imaginar um futuro diferente, centramos nossas esperanças na educação em suas diferentes formas, como sendo o lugar no qual podem se iniciar a descolonização de nosso imaginário e a revalorização de nossos saberes.

A importância da educação se revela na medida em que é o território histórico e cultural no qual se constrói o imaginário de toda a sociedade. A educação é o espaço no qual se produzem a elaboração e a recriação das visões de mundo, dos sistemas de valores e das maneiras de construir os conhecimentos. Essa recriação é que nos permite a elaboração de um projeto social capaz de adaptar-se às necessidades, às potencialidades e aos interesses de nossas sociedades.

Finalmente, propomos algumas modestas reflexões e reafirmamos o valor de outros grandes aportes, como os que têm realizado Edgar Morin (2000, 2006), entre outros.

Globalização: conceitos, interpretações, paradoxos e desafios

A palavra “globalização” é a tradução castelhana do termo inglês *globalization*, utilizado nos Estados Unidos da América do Norte desde a década de 1980. Originalmente, esse conceito se refere a uma suposta liberação planetária dos intercâmbios econômicos. Desde a década de 1990 o termo tem sido reelaborado e se aplica para além do campo econômico, na informação e no âmbito da cultura, entre outros. Atualmente, a globalização está associada à hegemonia da geopolítica dos Estados Unidos.

A globalização está fundamentada na ideologia neoliberal, que impõe uma “liberdade” do setor empresarial, para beneficiá-lo com vantagens fiscais e alfandegárias. Preconiza, igualmente, o “livre” emprego, que na realidade se traduz pela precariedade das condições de

trabalho e defende o livre intercâmbio econômico e financeiro, mesmo quando protege suas economias.

Esse processo teoricamente se traduziria na especialização de cada país em função de suas vantagens comparativas e numa divisão internacional do trabalho. Todos esses postulados não resistem a uma análise mínima de suas múltiplas incoerências, já demonstradas na realidade, como no caso da Argentina. (STIGLITZ, 2002).

A deslocalização

Denomina-se “deslocalização” ao desalojamento da produção industrial rumo aos países com baixos salários e melhores vantagens fiscais. A transferência de numerosas empresas dos países industriais a países como a China e outros do Sudeste Asiático é um bom exemplo desse processo. Essa região já concentra vários setores da economia industrial em nível mundial. A deslocalização também ocorre em direção a certos países da Europa do Leste, que oferecem melhores vantagens e baixos salários para as multinacionais, o que atualmente divide a Comunidade Europeia dos 25.

Esse fenômeno é um produto da globalização e é sinônimo da desindustrialização e da destruição do mercado de trabalho nos países industriais. Esse fato produz um crescente desemprego e exclusão social nos países industriais e provoca profundas mutações econômicas, sociais e culturais.

A deslocalização nos países ricos, em médio prazo, com a exclusão e a marginalidade que são geradas, será

a demonstração catastrófica de que os efeitos perversos da globalização também emergem nos países que a impulsionaram e fomentaram. (MONNIER, 2004; RAMONET, 2004).

A precarização de grandes setores sociais representa um grande desafio para a dignidade humana no âmbito planetário.

Os movimentos antiglobalização

São movimentos que tiveram sua origem no desmantelamento da ex-URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), realizado na década de 1990. Opõem-se à privatização dos setores públicos como a saúde, a educação e os serviços sociais, que são concebidos pela globalização neoliberal como mercadorias que devem ser administradas pelo mercado, com a perda total de suas dimensões social e humana. A essas proposições se opõe esse movimento nos campos ecológico, econômico, social, educativo e cultural. Suas ações políticas denunciam as consequências perversas e os paradoxos que a globalização provoca.

Essa oposição é explicitada por diferentes organizações não governamentais e por iniciativas cidadãs, como a do Fórum Mundial de Porto Alegre no Brasil, entre outras experiências.

As interpretações da definição de globalização

A interpretação histórica é referente aos diferentes episódios da dominação ocidental desde o início do colonialismo e

pós-colonialismo até a atual dominação hegemônica ocidental na África, América, Ásia e Oceania. Essa interpretação se afirma na perspectiva do respeito à biodiversidade como sustento vital para todos os seres vivos e como condição para assumir o desafio ecológico.

A interpretação cultural compreende todo o processo de dominação cultural que envolve a globalização em seu afã por impor uma cultura hegemônica. Essa perspectiva também nos recorda a necessidade de respeitar a diversidade cultural, que compreende as diversas visões de mundo e os diferentes sistemas e concepções religiosas, fundamentais para preservar a pluralidade e para assegurar as condições vitais para a convivência democrática e intercultural na sociedade humana.

A interpretação social é referente à ausência de um modelo de sociedade viável, como resposta às mutações e aos paradoxos provocados pela globalização, incluídos na problemática da exclusão e no desafio da dignidade humana.

A interpretação econômica vem da importância da dimensão econômica e financeira da imposição do capitalismo no âmbito mundial.

A interpretação geopolítica é referente à hegemonia geopolítica que em nível planetário exercem os Estados Unidos, nos termos econômicos, políticos e militares. A atual invasão e destruição do Iraque são exemplo, com mais de cem mil vítimas civis. Encontramo-nos diante de uma hegemonia impregnada de etnocentrismo, racismo, nacionalismo e fundamentalismo religioso, como na época colonial.

A interpretação humanista está relacionada à ausência de respeito aos direitos humanos e à ausência de princípios éticos que articulem os fundamentos essenciais da dignidade humana.

A interpretação demográfica é concernente às migrações provocadas pelas mutações e pela ordem injusta que foi instituída pela globalização do sistema capitalista. A emigração desesperada, principalmente dos países pobres para os mais ricos, apresenta-se como uma miragem e com a única alternativa para sair da pobreza. Este é um fenômeno a ser estudado nas relações econômicas e sociais do local e do global. A perda de quadros profissionais qualificados, da qual essa situação é coadjuvante, tem o significado de uma sangria inestimável de recursos humanos.

A deslocalização de indústrias nos países ricos vindas de outras regiões provoca a destruição do tecido social e a ruptura do mercado de trabalho. Esse fato será a causa de um novo capítulo da exclusão e marcará uma nova etapa na história de migrações dos países industrializados do norte.

A interpretação relacionada à educação defronta-se com as tendências de domínio que a globalização impõe, por meio do controle da informação e dos meios de comunicação, assim como da mensagem ideológica e cultural que esses meios veiculam. Esses desafios à educação, em termos de visões de mundo, em relação aos sistemas de valores, às identidades e suas referências, demandam um importante desafio no quadro das relações entre o local e o global.

Os paradoxos da globalização e as incontestáveis evidências da ausência de um projeto de sociedade viável

Elencar esses paradoxos foi um trabalho elaborado com algumas reflexões do próprio autor, em grande parte inspirado pelo Informe da 46ª Conferência Internacional de Educação da Unesco: *Aprender a conviver: estamos fracassando?* (UNESCO, 2003). Os paradoxos são produzidos, na sua maioria, pelos efeitos perversos da globalização.

O primeiro paradoxo localiza-se entre a abertura para um desenvolvimento compartilhado entre os países industriais e a destruição das potencialidades de desenvolvimento, particularmente nas nações menos favorecidas.

O incremento do comércio internacional, as oportunidades de mobilidade pessoal e o avanço extraordinário das telecomunicações oferecem, entre outros aspectos, uma base material para a vida em comum. Sem embargo, a forma como se promove a globalização provoca problemas graves em muitos lugares do mundo. Esses problemas têm consequências principalmente na destruição do meio ambiente e na deterioração da qualidade de vida de centenas de milhões de habitantes de todos os continentes, acentuando-se as distâncias entre ricos e pobres.

O segundo paradoxo consiste em uma profunda contradição que se dá entre a proliferação dos conhecimentos científicos e os desequilíbrios que provocam nas áreas em que se aplicam.

As formas de produção e de consumo energético do século XXI, a modernização transferida do Norte para o Sul e o crescimento da população em certas regiões do mundo são fatores que produzem efeitos perversos e sérios danos no meio ambiente. (UNESCO, 2003).

Um bom exemplo desse paradoxo é a bacia Amazônica, cuja órbita se estende por 5,5 milhões de quilômetros quadrados, quase o equivalente a uma vez e meia o atual território da Comunidade Europeia. A Amazônia está repartida entre sete países, entre os quais o Brasil, que possui aproximadamente 70% de seu território. Incêndios involuntários e desflorestamento têm destruído mais de 630.000 km² de florestas, o equivalente a duas vezes o território da Itália. No ano de 2003, mais de 24.000 km² foram desflorestados, ou seja, um território equivalente à Ilha da Sardenha. A devastação é provocada pela expansão de cultivos agroindustriais como a soja, o gado e o desflorestamento. (ALLEMAND, 2004).

A biotecnologia avança na construção de conhecimentos para resolver problemas muito diversos, porém se desconhecem as consequências e os efeitos posteriores de suas aplicações. A utilização dessas tecnologias em áreas da produção de alimentos deve levar em conta esses riscos.

O terceiro paradoxo: na etapa atual a humanidade dispõe de um desenvolvimento de conhecimentos em nível internacional, os quais poderiam melhorar consideravelmente a qualidade de vida de toda a humanidade, porém são conhecimentos que não se aplicam

nem se aprendem de forma equitativa. Quase um bilhão de pessoas vive sem acesso à água potável; 2 bilhões e 400 milhões não têm acesso à sanidade básica; mais de dois milhões morrem por ano em virtude da contaminação ambiental e 34 milhões sobrevivem com aids ou HIV. (PNUD, 2001, p. 11). Em apenas dois anos a porcentagem da população mundial que utiliza internet passou de 2,4% a 6,7%, ao passo que essa cifra se eleva a mais de 50% na Suécia, Estados Unidos e Noruega. Na China, África do Sul e Brasil, o percentual está abaixo de 10%. A brecha no uso de novas tecnologias da informação é cumulativa, com diferenças no acesso à eletricidade, aos tratores, ao telefone e a outras inúmeras tecnologias do século XX. (PNUD 2001, p. 42-43).

O quarto paradoxo: nunca antes a humanidade produziu tanta riqueza, porém nunca antes tanta desigualdade.

Em 1990, dois bilhões e 718 milhões de pessoas, ou seja, 45% da população mundial, viviam com menos de dois dólares por dia; em 1998 eram dois bilhões e 800 milhões, segundo relatório do Banco Mundial em 2001 (p. 29). Atualmente se estima que um bilhão e duzentos milhões de pessoas vivem com menos de um dólar por dia.

Atualmente, sob essas condições, cada vez mais assistimos a uma emigração desesperada em nível planetário, dos países mais pobres para os países mais ricos. A miragem da migração, como opção para melhorar a qualidade de vida, restaura o mito do desenvolvimento, proposto pelos países ricos como solução à pobreza na década de 1960.

O caso trágico da emigração do norte da África para a Europa e a situação dos imigrantes clandestinos nos Estados Unidos, entre outros, são dois dos dramas humanitários contemporâneos mais importantes e constituem um grande desafio para todos nós: o desafio de assumir o respeito pela dignidade humana.

Cada vez mais pessoas jovens e educadas abandonam seus lugares de origem para buscar – com ou sem êxito – uma melhor qualidade de vida, onde for possível. As migrações sempre vieram a enriquecer os países, porém representam, igualmente, um grande desafio e criam novos dramas e problemas. Os pobres buscam nos países ricos espaços de sobrevivência que não são acolhedores, nem generosos. Os casos de maus-tratos, de racismo e de xenofobia que sofrem os imigrantes são inumeráveis.

A história das migrações tem marcado a história da humanidade. Atualmente, com o fenômeno da deslocalização, que provoca o fechamento das empresas e a destruição do mercado de trabalho nos países ricos, muitos dos habitantes de origem, que participaram do povoamento desses países, são também excluídos e serão obrigados, igualmente, a emigrar, como os excluídos do Sul.

O quinto paradoxo: Como assumir a diversidade cultural? Como respeitar as diferentes visões de mundo, as diversas crenças religiosas?

Como assumir a multiculturalidade de nossas sociedades? Como assumir nossa pluralidade e como poderíamos conviver, respeitando nossas diferenças, sem chegar aos extremos da perversida-

de do racismo, da xenofobia e da marginalidade? Essas são as grandes perguntas a se responder hoje em dia e constituem, entre outros, os grandes desafios atuais. A educação, nesse contexto, tem um grande combate a assumir.

A globalização é apresentada como uma grande abertura, mas é, na verdade, uma ameaça de uniformização cultural, que põe em perigo a preservação da diversidade cultural, despertando conflitos e recolhimentos identitários e nacionais, facilitando, assim, a emergência das inevitáveis consequências da intolerância e do racismo.

Atualmente, o racismo, no contexto europeu, constitui uma ideologia política de massas. (MARÍN, 2002). Não somente se renegam as culturas, mas também os idiomas maternos. A língua tem uma extraordinária importância, uma vez que organiza o conhecimento de nossos ecossistemas pela nomeação. A língua é vital para construir nossas identidades e expressar nossa percepção de mundo e a concepção de nossas sociedades.

A dominação cultural e linguística é coadjuvante da perda do patrimônio cultural de toda a humanidade. A imposição do inglês como língua veicular empobrece as culturas e as línguas locais.

O sexto paradoxo: em 1980, 81 países deram passos significativos para a democracia; 33 regimes militares foram retomados por governos civis; fizeram-se mais transparente a presença e a ingerência das ONGs. (PNUD, 2002, p. 10). Porém, a possibilidade de realizar a democracia encontra grandes obstáculos. É evidente o enfraquecimento dos Estados-nação como modelos políti-

cos para organizar institucionalmente a sociedade, diante da emergência dos poderes e das instituições transnacionais, que controlam os novos setores de poder das finanças, da informação e das comunicações, e determinam as decisões do poder político sobre a sociedade. O caso da crise argentina é um bom exemplo dessa dramática realidade. (LEWKOWICZ, 2003; STIGLITZ, 2002; UNESCO, 2003).

Entre 1992 e 1995 morreram na Bósnia aproximadamente duzentas mil pessoas e quinhentas mil em Ruanda em 1994. De março de 2003 a outubro de 2004, são cem mil as vítimas civis da invasão norte-americana no Iraque.

Na atualidade, a imposição militar da hegemonia geopolítica dos Estados Unidos cria a insegurança no destino da humanidade. Essa incerteza se encarna na tragédia imposta ao povo iraquiano.

A globalização e seus paradoxos

Primeiramente, é necessário compreender que a globalização atual do sistema econômico capitalista sob o signo da ideologia neoliberal não é sinônimo de “livre-comércio”. Assinalar essa premissa nos permitirá compreender as transformações sociais que se estão produzindo nos últimos vinte anos.

Identificamos a ideologia neoliberal com a depauperação e o desmantelamento do Estado. Esse processo histórico implica que as decisões mais importantes escapam da gestão dos governos estatais pretensamente democráticos. As decisões são tomadas de acordo com os

interesses das empresas multinacionais e dos organismos internacionais, como o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC). A influência preponderante dessas instituições sobre a orientação que deve tomar o desenvolvimento econômico, social, cultural e educativo do mundo é um dos aspectos da globalização importante a ser assinalado e mais investigado. (MARÍN; DASEN, 2007).

Os setores democráticos e todas as instituições da sociedade civil teriam de assumir um papel fiscalizador mais importante nesse processo. Precisamos ter uma visão global de nossas sociedades para melhor compreender as implicações e consequências da globalização sobre as mesmas e sobre nossa vida cotidiana, em outros trabalhos e outros setores importantes, como o social, a saúde pública e a educação.

Os antecedentes históricos da globalização, entendida como um complexo processo histórico de dominação, têm suas origens na colonização da América, da África e, posteriormente, da Ásia e da Oceania. Esse processo de dominação nos mostra a tendência a universalizar os sistemas econômicos, políticos, religiosos, culturais e educativos.

Entre os desafios mais importantes a assinalar no terreno do conhecimento, no quadro da dominação cultural, poderíamos pensar no elevado custo das novas tecnologias, que são a origem e a criação de novas dependências, como sustento da dominação e do intercâmbio desigual.

Os desafios da globalização

O início do terceiro milênio está marcado por mudanças econômicas, sociais e culturais profundas, que questionam as certezas e as verdades universais impostas desde há muito tempo e nos obrigam a recriar o sentido da vida e a realizar esforços para imaginar um projeto de sociedade viável. Entre os desafios mais importantes a assinalar, poderíamos pensar no desafio ecológico, no desafio ético e da dignidade humana, no desafio social e econômico e nos desafios da globalização no domínio da educação.

O desafio ecológico traduz-se pelo respeito à biosfera e pelo respeito à biodiversidade, o que implica evitar toda a destruição sistemática dos ecossistemas por um processo de industrialização que não integrou a natureza como fator primordial da produção. Os conhecimentos científicos e as tecnologias que sustentam o processo de industrialização ignoraram a capacidade da natureza para suportar todos os efeitos contrários à sustentação de seu equilíbrio.

É urgente repensar a aliança vital entre natureza e cultura como fundamento essencial na construção do saber científico e tecnológico.

A catástrofe de Chernobyl na Ucrânia, em 1986, revela os limites dessa visão de mundo e nos expõe um grande desafio epistemológico. A ausência da natureza no pensamento científico atual nos explica a incapacidade tecnológica para controlar a radioatividade, a destruição da camada de ozônio, o manejo dos resíduos industriais e radioativos. O perigo das manipulações biogenéti-

cas e suas consequências posteriores e o uso irracional de tecnologias, em cuja concentração está ausente a dimensão ecológica, são os fatores de uma nova geração de enfermidades.

Necessitamos integrar a dimensão ecológica não só em termos da economia, mas, também, em todos os domínios nos quais se constrói o conhecimento. A educação é o território no qual pode se produzir a reconciliação entre a natureza e a cultura. Evidentemente, este é um aspecto que implica repensar nossas visões de mundo, que são aquelas nas quais se encontram as raízes da crise ecológica contemporânea. (WHITE, 1976).

A preservação dos climas e o respeito pela biodiversidade foram os temas de discussão nas reuniões internacionais do Rio de Janeiro em 1992 e, ultimamente, em Kyoto em 1997. (RAMONET; CHAO; BOSNIAC, 2003). Esses acordos internacionais para preservar a biodiversidade e o clima contam com a oposição aberta dos Estados Unidos da América, que argumentam com a oposição entre esses acordos e o “progresso econômico”.

O desafio ético e a dignidade humana

É primordial considerar esses aspectos como premissa para afrontar o desafio ecológico e assumir um novo projeto de sociedade. A capacidade de respeitarmos os demais é a base da construção da dignidade humana.

Atualmente, a falta de ética se traduz na corrupção do sistema político que supostamente deveria administrar a democracia. O caso dramático da in-

vasão norte americana e seus aliados no Iraque pretende se justificar em nome da imposição militar da liberdade e da democracia, que disfarça muito mal uma verdadeira guerra de saques imperiais, para apropriar-se pela força dos jazigos petrolíferos desse país.

A dignidade nos permite ocupar um lugar na sociedade, sustentada no reconhecimento e no respeito de nossos direitos. Esse reconhecimento é a base sobre a qual se constroem nossas identidades, a partir das quais logramos dar um sentido à nossa existência. A educação tem uma grande tarefa na proteção e na preservação da dignidade, desde o âmbito familiar até a escola. Entretanto, essas afirmações se contrapõem aos paradoxos da exclusão desumanizante que a globalização produz, com mais da metade da humanidade completamente marginalizada e em condições miseráveis (conferir os paradoxos anteriormente explanados).

Trabalhar contra a depreciação, ou autodepreciação que impõe a dominação é uma das grandes tarefas da educação. Não esqueçamos que depreciar, para justificar a opressão, foi regra de ouro desde a época da dominação colonial. Reconstruir a estima e o respeito, de que todos necessitamos é uma árdua tarefa. Não somente se valorizam as pessoas, mas também se devem valorizar suas culturas e seus idiomas, uma vez que esses organizam seus conhecimentos pela nomeação. O exemplo de impor na região andino-sul-americana uma educação oficial, com a cultura ocidental e o castelhano como cultura e idioma oficiais, dominantes nas zonas andinas,

nas quais as culturas e os idiomas como o quechua e o aymara durante muitos séculos conseguiram classificar mais de mil variedades de batatas, dando-lhes um nome a cada variedade, é um ato de destruição cultural, um etnocídio. Proibir os idiomas que organizam o conhecimento dos saberes locais pela nomeação dos ecossistemas significa um ato de destruição do patrimônio cultural andino, o qual levou séculos para se construir. O castelhano tem somente uma palavra para nominar a batata. Este exemplo histórico é muito eloquente para revelar a relação desigual entre os saberes locais e os saberes pretensamente universais, ou globais.

O idioma é o espírito e o veículo da dimensão afetiva das culturas. Reconhecer que os “outros” também possuem conhecimentos é admitir o valor e a pertinência de suas culturas e, também, outorgar-lhes uma posição de interlocutores. Todas essas são premissas fundamentais para se construir o diálogo intercultural como fundamento democrático da educação.

O desafio social e econômico

O desenvolvimento das novas tecnologias da informação e da comunicação representa um grande avanço tecnológico para a educação, com o paradoxo de que nem todos os seres humanos podem ter acesso a essas tecnologias, em razão dos seus custos elevados. Os paradoxos demonstram bem esse fato. A fragmentação social se estende e contém os riscos da crescente exclusão que a globalização provoca.

A informática e a robótica transformaram profundamente a paisagem industrial, e conhecemos a gravidade das fraturas sociais que vieram com sua implementação. O mercado de trabalho foi reduzido ou destruído, em muitos casos provocando altos percentuais de desocupação, o que, por sua vez, provoca uma grande destruição do tecido social, fragmentando as famílias e os indivíduos que sofrem esse processo de marginalização.

A perda dos postos de trabalho provoca uma crise de identidade, uma crise existencial, mais ainda na sociedade industrial, na qual a única identidade que os trabalhadores possuem é a de seu próprio trabalho. Perder o trabalho é perder seu lugar na sociedade, o que pode significar um grande drama, o qual se estende igualmente a suas famílias, que sofrem o estigma implicado nessa situação. Essa exclusão crescente destrói a dignidade e a identidade de quem sofre, como sujeito, esse processo.

Atualmente não existe um projeto de sociedade viável, capaz de responder aos desafios ecológicos e éticos e aos aspectos concernentes à dignidade humana. A construção de um projeto de sociedade somente será possível se assumirmos o respeito à biodiversidade, à diversidade cultural e às diversas visões de mundo e de crenças religiosas que os diversos povos do planeta possuem.

O grande desafio é pensar em uma sociedade que nos permita ser para podermos realizar nossas aspirações mais nobres e não nos limitarmos a possuir, reduzindo nossa vida a produzir e a consumir, como fazemos compulsivamente hoje em dia.

Os desafios da globalização no domínio da educação

Os desafios são múltiplos, na medida em que uma grande parte das referências e fundamentos sobre os quais temos construído nossos conhecimentos encontra em uma profunda mutação. A época das certezas da mitologia do saber universal já teve seu colapso com a catástrofe de Chernobyl. O mundo contemporâneo tem sofrido profundas mudanças, e o grande desafio para todos nós é contribuir coletivamente para construir um projeto de sociedade viável.

A sociedade humana necessita se reconstruir e refletir sobre a função da educação no contexto atual da globalização. Refletir sobre a educação, construir conhecimentos e didáticas para realizar suas ações já não é mais a tarefa de alguns indivíduos, e, sim, uma tarefa que compromete o conjunto da sociedade, que se confronta com múltiplos desafios.

A educação é a instituição social por excelência, que responde à pergunta universal que se propõe a todas as culturas: Como proceder à ação com os conhecimentos e as visões de mundo, os sistemas de valores e outras referências necessários para dar um sentido a nossas vidas?

Haveria necessidade de se proporem muitas perguntas:

- Como proceder ao trabalho pedagógico com as visões de mundo que associam a natureza e a cultura?
- Como proceder a uma educação que preserve a biodiversidade, a

diversidade cultural, a pluralidade e as diferentes concepções religiosas?

- Como proceder a sistemas de valores que recriem a solidariedade e reforcem uma dimensão humana coletiva, sabendo que todos necessitamos de todos os demais?
- Como proceder a concepções que associem o global e o local?
- Como proceder a concepções que restabeleçam em nosso pensamento as relações entre as partes e o todo?
- Como proceder aos conhecimentos que associem as projeções, as identidades e as transferências entre o racional, o emocional e o afetivo, concebidos como uma totalidade?
- Como construir os conhecimentos e como proceder para comunicá-los a partir do contexto natural de nossos sistemas ecológicos e de nosso contexto histórico, cultural, social e político?
- Como projetar nosso trabalho educativo a partir de nossos próprios sistemas de valores, levando em conta que o processo de globalização, ao privilegiar o individualismo, tende a perverter os fundamentos da solidariedade e, dessa maneira, busca degradar os princípios da coletividade?

A ideologia neoliberal considera que o indivíduo é o ator principal da sociedade, totalmente isolado dos demais, divorciado da sociedade real na qual

vive. O individualismo encarna um ego-centrismo no qual se incorporam os novos valores que asseguram o êxito, tais como a competitividade, a mobilidade, o pragmatismo, o utilitarismo e a monetarização das relações humanas.

A concepção neoliberal não leva em conta uma realidade na qual o homem não se constrói só, em que todos nós nos construímos mutuamente e onde não pode existir o “eu” sem o “tu”.

Algumas modestas sugestões

- Definir o contexto local a partir do qual trabalhamos, valorizando o que somos e o que sabemos, para podermos nos relacionar nas melhores condições com o global.
- Assinalar a importância de definirmos, desde a realidade e desde a prática, nas quais se constroem nossos conhecimentos, os aspectos da complexidade e da multidimensionalidade de nossas sociedades.
- Projetarmos o futuro com base em nossas referências espaciais e culturais, na diversidade, no contexto ecológico no qual se constroem nossos conhecimentos e na rica diversidade cultural que impregna a realidade brasileira e latino-americana.
- Construímos nossas vidas a partir de nós mesmos, de nossa própria autoestima, valorizando o que somos como condição primeira para crescermos em nossas possibilidades, a partir de nossa realidade, reforçando,

assim, nossa dignidade, que é fundamental para crescermos e projetarmos nós mesmos. A tomada de consciência histórica é fundamental para compreender o presente e imaginar o futuro.

- Superar a perda da autoestima é uma conquista que está na relação direta com a aceitação da valorização de nossos saberes e percepções, considerados como inferiores ou subdesenvolvidos.
- Revalorizar os saberes locais passa por revalorizar a estima e a dignidade das pessoas que os possuem. A dimensão afetiva é capital no trabalho educativo: não somente se procede à comunicação dos conhecimentos, mas também de afetos portadores do reconhecimento de que todos necessitamos.
- Definir o local e o global para construir um conhecimento que explique as relações e as implicações que existem entre essas duas dimensões.

Algumas questões

- Como integrar os fragmentos para reconstruir a totalidade e ter em conta suas múltiplas dimensões, sua complexidade e sua multiculturalidade?
- Como refazer o “olhar de peixe”, para recuperar uma visão global de 360°, longe da focalização na qual nos temos encerrado e limitado por tanto tempo, utilizando-nos da educação dominante, da racionalidade e do positivismo ocidental?

- Como unificar em uma só ótica os conhecimentos locais e os conhecimentos globais, estabelecendo-os em seus diferentes contextos e buscando construir sua complementaridade?

Algumas prováveis respostas

Na busca de uma perspectiva intercultural que admita a igualdade dos conhecimentos, para além de toda categorização e hierarquização que nos foram impostas pelo etnocentrismo da dominação cultural ocidental, a perspectiva intercultural pode nos permitir revalorizar os saberes locais e criar as condições para compartilhá-los em uma perspectiva de complementaridade, que vá para além da mesquinha realidade da lógica do saber, traduzido como poder e como dominação.

Trata-se de associar os conhecimentos produzidos pelo Ocidente com os conhecimentos produzidos pelas culturas tradicionais, locais ou regionais, considerando seus contextos de produção.

Como exemplo concreto dessas reflexões podemos citar o caso da experiência do Programa de Formação de Professores Indígenas em Educação Bilíngue e Intercultural que atualmente funciona em Zungarococha, perto da cidade de Iquitos, na Amazônia peruana. Essa experiência educativa é muito importante, na medida em que nos permite imaginar como assumir as relações entre os conhecimentos locais e os conhecimentos universais ou globais utilizando a perspectiva intercultural. O programa parte do princípio de que é possível construir um sistema educati-

vo capaz de elaborar um programa de estudos que incorpore os saberes locais indígenas, aduzidos pelos especialistas indígenas de cada uma das etnias que participam do programa, associando-os aos saberes da educação ocidental (universal/global), que são elaborados pela equipe interdisciplinar de professores.

Os princípios em que se baseia esse programa são:

- a associação da educação tradicional com a escola ocidental;
- a impugnação de um sistema único de escola;
- a repulsa por uma oposição da escola tradicional com a escola “moderna” (oficial);
- a oposição a uma ideologia assistencialista;
- a rejeição de uma simples tradução da cultura ocidental aos moldes da educação bilíngue;
- a afirmação de uma educação bilíngue e intercultural;
- a aprovação da aprendizagem do castelhano como segunda língua;
- a sinalização favorável a uma educação vinculada à ecologia (associando a natureza com a cultura);
- a afirmação de uma educação associada à realidade socioeconômica, política e cultural. (MARÍN, 2002, p. 135).

Esses fundamentos educativos tratam de evitar as falsas oposições, próprias à imposição de uma cultura dominante, e buscam a complementaridade, o diálogo dos saberes, a interaprendizagem, com base na modéstia e na escuta do “outro”, no respeito à outra cultura e

a seus saberes. Estas são as condições para construir um programa desse tipo: uma educação que parte do reconhecimento de todos os atores, respeitando sua dignidade e fundamentando-se no diálogo.

Uma das principais originalidades da revalorização dos conhecimentos ecológicos tradicionais indígenas pode ser a “Proposta de regime de proteção aos conhecimentos dos povos indígenas sobre a regulação, ao acesso aos recursos genéticos”. O Peru é um dos poucos países, juntamente com o Panamá, a Bolívia e as Filipinas, que propôs um regime *sui generis* para preservar conhecimentos ancestrais. (GALVIN, 2002).

Esses conhecimentos locais sobre a biodiversidade da Amazônia, reconhecidos globalmente, podem ser, talvez, um exemplo para imaginar uma relação democrática entre os conhecimentos locais e os conhecimentos globais ou universais. Esse programa obteve em 2002 o reconhecimento da Cooperação Internacional da América Latina como um dos melhores projetos e, no ano de 2004, a Fundação Andrés Bello veio a conceder-lhe um prêmio.

- A perspectiva intercultural se dá num processo de interaprendizagem, sem as perversidades que criaram as relações entre culturas dominantes e culturas dominadas. (MARÍN, 2002). A ótica intercultural nos permite criar as condições para realizar um diálogo intercultural que permita o reconhecimento de que todos somos capazes de produzir conhecimentos.

- Reconhecer que cada um possui conhecimentos é o princípio fundamental para construir a dignidade de que todos necessitamos.
- A preservação da dignidade e a incorporação da dimensão afetiva são essenciais para realizar toda a aprendizagem, nas melhores condições.
- Denegrir as percepções e os saberes locais implica, igualmente, um processo que vem erodindo a dignidade e a identidade de quem sofre essa agressão e que, em muitos casos, termina assumindo “sua inferioridade”.
- Refletir sobre os efeitos nefastos do colonialismo mental, sobre a necessidade de pensar a partir de nossas realidades e construir a teoria, a metodologia e a didática apropriadas a nossas realidades cotidianas, sem negar a valiosa abordagem do conhecimento teórico, metodológico e didático de outras realidades.

As perguntas são:

- Como relacionar em uma só ótica os conhecimentos locais e os conhecimentos universais ou globais, estabelecendo-os em seus diferentes contextos e buscando assinalar os aspectos comuns e válidos que nos permitam construir a complementaridade, para evitar todas as falsas e aberrantes oposições que a dominação cultural criou e que opõem:

- a cultura contra a natureza;
- a cultura escrita à cultura oral;
- a intuição à racionalidade.
- Como pensar a partir de nós mesmos, dos povos do Brasil, do contexto sul-americano, do nosso continente indígena, europeu, africano, asiático e de nossa mestiçagem cultural, para crescermos e construirmos um projeto de sociedade viável a partir do que somos?
- Como crescer a partir de nossas raízes, desde nossas flores e desde nossos frutos, desde nossas realidades e em função de nossas necessidades, abertos ao mundo como se abrem os ramos de uma araucária, para namorar o horizonte?
- Como estar abertos ao mundo exterior e pensar localmente para agir globalmente?

Algumas proposições, inspiradas na valiosa contribuição de Edgar Morin, em suas reflexões sobre “os sete saberes necessários para uma educação do futuro”, parecem-me pertinentes. (MORIN, 2000).

Educar para construir uma visão global

- Utilizar uma ótica e uma prática interdisciplinar que nos permita abordar a multidimensionalidade da realidade para tratar de compreender a complexidade.
- Entender e valorizar a diversidade das inteligências para criar as condições de um diálogo intercultural que nos permita

compartilhar os conhecimentos numa perspectiva de complementaridade. Por exemplo, entre os conhecimentos da medicina tradicional e os da medicina ocidental.

- Educação para o erro, para a ilusão e para o conflito: educar para os diferentes tipos de erros; para entender a rigidez dos paradigmas; para acompanhar a incerteza e a dinamicidade do conhecimento. O conflito também é uma fonte de aprendizagem.
- Educação sobre nossa condição humana: educar sobre nossa condição cósmica e sobre a diversidade humana. Educação intercultural, que nos permita respeitar a diversidade e a pluralidade dos indivíduos. Valorização da dimensão afetiva, fundamental para a comunicação e a ação com os conhecimentos.
- Educação para a importância da ética: tomada de consciência sobre os desafios éticos, ecológicos e as ameaças que devemos enfrentar para defender a dignidade humana. Tomada de consciência sobre os limites da modernidade. Educação para a necessidade do otimismo e da esperança.
- Educação para a compreensão: contra o egocentrismo e o etnocentrismo e contra todo reducionismo. Tomada de consciência da complexidade humana; interiorização da modéstia e da

tolerância; educação por uma ética como fundamento de uma cultura planetária.

- Educação política: uma educação que fomente a participação e o diálogo entre os cidadãos como seu fundamento. Uma educação política por uma democracia participativa, capaz de fazer viver os princípios desse paradigma, tão evocado, nas tão pouco praticado.

Algumas reflexões finais

- Definir a importância da história como uma contribuição fundamental para compreender as origens e para saber nos situarmos no presente e, assim, podermos vislumbrar o futuro.
- Definir a importância da interdisciplinaridade como a única possibilidade para recuperar a visão global e manejar os conceitos de totalidade, de globalidade e de interculturalidade.
- Associar a democracia como base para a gestão social e política e apoiar-nos na perspectiva intercultural, como fundamento para a gestão de nossa diversidade cultural.
- Definir os conhecimentos locais em função do contexto ecológico no qual se produzem, valorizando seu domínio e relativizando-os em razão da existência de outros conhecimentos, produzidos em outros contextos, com características próprias, e circunscrevê-los a essas realidades.

- Construir uma concepção educativa para associar conhecimentos locais e conhecimentos globais que nos permitam pensar localmente para atuar globalmente.

Esse debate sobre a globalização, como quadro histórico das relações entre conhecimentos locais e globais ou universais, está em construção. Portanto, esse ensaio tem um caráter introdutório e limitado sobre uma problemática muito ampla e complexa. Isso pode explicar por que nossa reflexão contribui com mais perguntas do que respostas.

Interculturalidad y descolonización de saber: relación entre el conocimiento local y el conocimiento universal en el contexto de la globalización

Resumen

La relación entre Interculturalidad, comprendida como el reconocimiento mutuo de todas las culturas, lejos de toda jerarquización, es la condición primera, para imaginar la descolonización del saber y del poder, que esta ligado a todo saber. Todo este proceso histórico se constituye en un contexto de dominación cultural, social económica y política. En la medida que la cultura eurocéntrica no respeta la biodiversidad, ni la diversidad cultural, pervierte las referencias reales y las significaciones simbólicas de los contextos locales. Creemos que el caso de la relación del

saber local y el saber “universal”, que impone la cultura dominante, es una buena referencia para plantearnos el análisis de cómo imaginar la descolonización del saber. El desafío actual para la educación, como proceso cultural de transmisión de visiones del mundo, de sistemas de valores y fundamentos para construir los conocimientos es partir de nuestras realidades, basándose en la revalorización de las lenguas y culturas locales, adaptando a las posibilidades y limitaciones de cada realidad en función del contexto global.

Palabras claves: Interculturalidad. Saber local y saber global. Eurocentrismo. Descolonización del saber.

Referências

ALLEMAND, A. Lula parle sur les industriels pour sauver l'Amazonie. *Tribune de Genève*, p. 3, 6 ago. 2004.

GALVIN, M. La política peruana de gestión de la biodiversidad: un objetivo de conservación al servicio del desarrollo. p. 90-121. In: AUROI, C.; BOSSIO, S. (Ed.). *A dónde va el Perú*. Balance del fujimorismo y preguntas para el futuro. Cusco-Genève: CBC/IUED, 2002.

LEWKOWICZ, I. *Espacios argentinos*. Cacerolazo y subjetividad post – estatal. Buenos Aires: Paidós, 2003. (Colección Espacios del saber).

MARIN, J. Perú: Estado e indigenismo en mutación. El caso de la Amazonía peruana, p. 123-144. In: AUROI, C.; BOSSIO, S. (Ed.). *A dónde va el Perú*. Balance del fujimorismo y preguntas para el futuro. Cusco - Genève: CBC/IUED, 2002.

_____. Saber local e saber pretensamente universal. In: ROMANOWSKI, J. P.; MAR-

TINS, P. L. O.; JUNQUEIRA, S. R. A. *Co-nhecimento local e conhecimento universal: formação docente, aprendizado e ensino*. Curitiba: Champagnat, 2005. v. 5.

_____. Globalización, diversidad cultural y práctica educativa. *Diálogo Educacional*, Curitiba: Champagnat, v. 4, n. 8, p. 11-32, jan./abr. 2006.

_____.; DASEN, P. L'éducation face à la mondialisation, aux migrations et aux droits de l'homme. In: Marie-Claire Caloz-Tschopp; DASEN, Pierre (Ed.). *Mondialisation, migrations et droits de l'homme: un nouveau paradigme pour la recherche et la citoyenneté*/Globalization, migration and human rights: a new paradigm for research and citizenship. Bruxelles: Bruylant, 2007. (Collection de l'Académie Internationale de Droit International Humanitaire et de Droits Humains à Genève).

_____. Globalization, education and cultural diversity. In: DASEN, Pierre; AKKARI, Abdejalil (Ed.). *Educational theories and practices from the majority world*. New Delhi-Los Angeles-London – Singapore: Sage Publications, 2008.

MONNIER, C. La délocalisation oui! La brutalité sauvage non! *Tribune de Genève*, p. 2-22, Sept. 2004.

MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 6. ed. Brasília: Unesco/Cortez, 2000.

_____. *L'an 1 de l'ère écologique*. Dialogue avec Nicolas Hulot. Paris: Tallandier, 2006.

NAIR, S. *El imperio frente a la diversidad del mundo*. Barcelona: Areté, 2003.

NARBY, J. *La serpiente cósmica: el ADN y los orígenes del saber*. Lima: Takiwasi - Racismos de Ungurahui, 1997.

_____. *Intelligence dans la nature*. En quête du savoir. Paris: Buchet-Chastel. (2005).

PNUD. Informe sobre desarrollo humano 2001. Poner el adelanto tecnológico al servicio del desarrollo humano. Mexico: Mun-

di-Prensa, 2001. [Versión en línea (formato PDF): <http://www.undp.org/hdr2001/spanish>. Consulta: 30 nov. 2003].

_____. Informe sobre desarrollo humano 2002. Profundizar la democracia en un mundo fragmentado. Madrid: Mundi-Prensa. 2002. [Versión en línea (formato PDF): <http://www.undp.org/hdr2001/spanish>. Consulta: 30 nov. 2003].

PORTO-GONCALVES, C. W. O desafio ambiental. In: SADER, Emir (Org.). *Os porquês da desordem mundial*. Mestres explicam a globalização. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2004.

_____. *Os caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 2006.

QUIJANO, A. A colonialidade do saber. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber*. Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. São Paulo: Clacso Livros, 2005.

_____. Don Quijote y los molinos de viento. In: SORIA, José Ignacio López (Ed.). *Andinos y mediterráneos: claves para pensar iberoamérica*. Lima: Fondo Editorial del Congreso de la República, 2007.

RAMONET, I.; CHAO, R.; WOSNIAK. *Abécédaire partiel et partial de la mondialisation*. Paris: Plon, 2003.

RAMONET, I. China megapuiissance. *Le Monde Diplomatique*, n. 605:1, août. 2004.

STIGLITZ, J. *El malestar de la globalización*. Buenos Aires: Taurus, 2002.

TORRES SANTOME, J. *A educação em tempos de neoliberalismo*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

UNESCO. Aprender a vivir juntos: hemos fracasado? Informe de la 46ª Conferencia Internacional de la Unesco. Ginebra: Unesco/BIE, 2003.

WHITE, L. Les origines historiques de la catastrophe écologique, 1976. (Document/non publié).

Bibliografia

BERGER, G. et al. (Ed.). *Educação & pluralidade*. Brasília: Plano, 2003.

GEERTZ, C. *Savoir local, savoir global*. Les lieux de savoir. Paris: PUF, 1997.

GIORDAN, A. *Apprendre*. Paris: Débats Berlin, 1988.

LEITE GARCIA, R. (Org.). *Método, métodos, contramétodo*. São Paulo: Cortez, 2003.

PENA-VEGA, A.; ALMEIDA C. R.; PETRAGLIA, I. (Ed.). *Edgar Morin: ética, cultura e educação*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

PERSPECTIVA. Dossiê: Estudos sobre a Escola: dimensões sociológicas e políticas, v. 22, n. 1, p. 1-266, jan./jun. 2004.

PNUD. Human development report 2000. Human rights and human development. Nueva York: Oxford University Press, 2000.

RESZLER, A. *Le pluralisme*. Une idée dominante de notre fin de siècle. Genève: Institut Universitaire d'Études Européennes/Georg, 1990.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Afiliada, 2000.